

A POLÍTICA NEOLIBERAL SOBRE O ESTADO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO

Clenilson Cruz Lima*

Temos como objetivo explicar de maneira clara e objetiva a implementação das políticas neoliberais, suas conseqüências na estrutura sócio-econômica brasileira e tecer algumas considerações sobre o estado democrático. Para isso, devemos partir de sua origem.

O neoliberalismo como política econômica nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial – sua obra basilar encontra-se em “O caminho da Servidão” de Friederich Hayek – na região da Europa e dos Estados Unidos onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista Keynesiano, o que determinou, nos países o surgimento do Estado de bem-estar social e, nos países periféricos, como o Brasil, do estado desenvolvimentista. Com a chegada da grande crise da década de 70, as idéias políticas neoliberais passaram a ganhar terreno. Estabilidade monetária deveria ser meta de qualquer governo. Para isso, seria necessário um equilíbrio fiscal com contenção dos gastos sociais e do investimento público, a reestruturação da taxa “natural” de desemprego com o conseqüente aumento do “exército industrial de reserva” para dinamizar novamente a economia além de uma política de desvalorização cambial com o intuito de favorecer o aumento das exportações.

A implementação econômica, político-ideológica e social do neoliberalismo no Brasil, tem alcançado seus objetivos. Economicamente, aumentou a dependência externa já que a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento está centrado no fluxo de capital estrangeiro, na incorporação e dependência técnico-científica e na importação de bens e serviços. Político-ideologicamente obteve êxito disseminando a simples idéia de que não há alternativa, todos têm de adaptar-se as suas normas e, portanto a ideologia de um pensamento único. Socialmente, criou uma sociedade marcadamente mais desigual, heterogênea e fragmentada, com uma piora das condições de vida da grande maioria da população, formando uma “massa de excluído”.

Não se deve, no entanto, adotar uma visão unilateral de que somente as políticas neoliberais são responsáveis pela situação que hoje se manifesta. Concomitantemente ao avanço neoliberal o desenvolvimento técnico-científico – principalmente o ocorrido nos países centrais e em grande parte importado pelos países periféricos como o Brasil – também provocou um impacto sobre o atual modelo de desenvolvimento. Mas, isso é conseqüência da própria implementação das políticas neoliberais que exige que um país periférico como o Brasil incorpore-se diretamente ao mercado mundial e competitivo. Entretanto, esse desenvolvimento foi absorvido apenas por alguns ramos de produção, o que caracterizou uma estrutura de produção heterogênea, onde alguns ramos apresentariam uma maior produtividade com uma menor utilização do tra-

balho vivo em contrapartida a outros ramos de produção onde a produtividade apresenta-se menor e com uma maior utilização do trabalho vivo. A ocupação funcional desses ramos estaria exatamente fundamentada no atendimento do mercado externo em detrimento ao atendimento do mercado do interno.

Pode-se observar isso, através da fenomenal capacidade de substituir o trabalho vivo por máquinas informatizadas e computadorizadas uma vez que, sob o predomínio do neoliberalismo, observa-se um esgotamento do trabalho das massas – exatamente nesses ramos mais produtivos – que se traduz pelo desemprego maciço, pela desintegração social e pelo estado de anemia do homem enquanto ser social.

O aumento do desemprego, resultado da implementação das políticas neoliberais e da incorporação da tecnologia via importações, desintegra a sociedade pois elimina o elemento fundador da socialização humana historicamente constituído e determinado: o trabalho. Ao se retirar do homem o direito ao trabalho, retira-se dele o princípio básico que garante sua existência como cidadão, viola-se vilipendia-se seus direitos humanos e, colocados a margem da sociedade tornam-se supérfluos, fruto também da busca incessante e irracional pelo lucro.

Com o conseqüente desaparecimento do trabalho, formam-se as “massas” de desempregados que são marginalizados e excluídos. Com isso, enfraquece-se o poder do movimento sindical, minimiza-se uma das formas através da qual se pode lutar contra a exclusão social. No entanto, isto também é um dos objetivos da política neoliberal pois, sem o enfraquecimento do movimento sindical sua implementação sob o modelo de desenvolvimento que propôs estaria comprometida. “Aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária (...) o que procurou forjar – para falar numa linguagem bem marxista- foi uma crise no capitalismo que repôs o “exército industrial de reserva” e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante” (Alan Budd professor de economia e ex-assessor de Margareth Thatcher).

Os governos ainda fingem lutar pelo trabalho, combatendo o desemprego. Mas isso não passa de um mascaramento com o propósito de desviar a atenção do verdadeiro problema: a ausência de trabalho. É essencial alimentar a ilusão de empregos futuros para manter os indivíduos em situação de espera, de dependência, de humilhação e principalmente de competição assim, destruiu-se a socialização humana e permite que lhe sejam exigidos qualquer sacrifício, qualquer aceitação.

Para isso, a exclusão social é uma das condições prioritárias do sucesso econômico. A busca do lucro, marginaliza, precariza, coloca o homem enquanto ser social em situação de angústia, determina uma situação de horror, “horror econômico”, resultado de processos econômicos, mas não da ineficiência das teorias econômicas.

O que há, na verdade, é uma apatia das ciências que, respondendo aos interesses de grupos, classe e do capital distancia-se do seu verdadeiro papel de servir ao interesse social.

Desta forma, não se pode afirmar que exista uma crise das teorias econômicas, o que existe realmente, é a falta ou a sua não aplicabilidade porquanto servir apenas ao interesse de grupos. Como exemplo, podemos citar as teorias as teorias econômicas desenvolvida pela CEPAL, que em seus estudos sobre a situação de dependência da América Latina mostrou em que consiste a sustentabilidade do modelo nesses países – fluxo de capital estrangeiro e importação de bens e serviços – e determinou as condições através da qual se pode minimizar ou atenuar a situação de dependência externa e fomentar um processo de desenvolvimento interno. Mas, como sabemos, a implementação dessas teorias é inviável, não satisfatória por não corresponder ao interesse dos grupos dominantes e do capital. Assim, se existe realmente uma crise, esta não é econômica, mas política por corresponder ao interesse de grupos de homens e do capital produtivo.

Então a resolubilidade das políticas neoliberais tem realmente alcançado seus objetivos no Brasil, na medida em que, constituindo-se de interesse de grupos e do capital, marginaliza-se, exclui-se, desocializa-se e, além disso, destitui-se o Estado “democrático” brasileiro, pois a “democratização” se expande nos discursos e na ideologia dos regimes democráticos, mas a cidadania é negada pelas políticas neoliberais, distanciando-se de sua etimologia e do consenso de tradicional, onde o povo é titular de soberania ou exerce o poder diretamente ou por meio de seus representantes, distancia-se também do que Rousseau pregava, um Estado do povo, para o povo e com o povo. A democracia liberal opera a ruptura, a dissociação entre o cidadão titular de direitos e o homem real dependente da estrutura social e compelido a trabalhar para sobreviver, sujeitar-se as condições que lhe são impostas pelos detentores do capital.

Contudo, apesar da implementação das políticas neoliberais no Brasil e de suas conseqüências nefastas, não somente por marginalizar e excluir mas também por destruir o estado “democrático” com tudo isso, o ideal democrático deve continuar a ser uma das forças mais poderosas de aspiração social pois a democracia além de ser o modelo de uma forma de governo ou de regime político é um valor permanente, que corresponde a exigência e aspiração do ser humano de se tornar senhor do seu próprio destino, tornar-se cidadão ●

* Clenilson Cruz Lima é aluno do Curso de Ciências Econômicas da UFPI.